

Processo do TCU contra Jáder e Íris está parado há cinco anos

Auditores do caso dizem que a demora se deve à influência de Sarney e do ex-governador Quêrcia

CLEBER PRAXEDES
e PAMELA NUNES

BRASÍLIA — O processo que apura possíveis irregularidades cometidas pelos governadores de Goiás, Íris Rezende, e do Pará, Jáder Barbalho, quando eram ministros do governo Sarney, está parado há cinco anos no Tribunal de Contas da União (TCU). Auditores que trabalharam no caso disseram que não é normal um processo tramitar por tanto tempo sem uma decisão final e que a demora se deve à influência do ex-governador Orestes Quêrcia e do ex-presidente e senador José Sarney (PMDB-AP).

O processo investiga indícios de irregularidades no Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (Mirad). Íris, ministro da Agricultura de Sarney, acumulou a pasta interinamente em junho de 1987. Jáder dirigiu o Mirad de setembro de 1987 a julho de 1988. Nesse período, o Mirad fez vários acordos, segundo o processo, "com desperdício de recursos públicos, para obtenção de terras para reforma agrária".

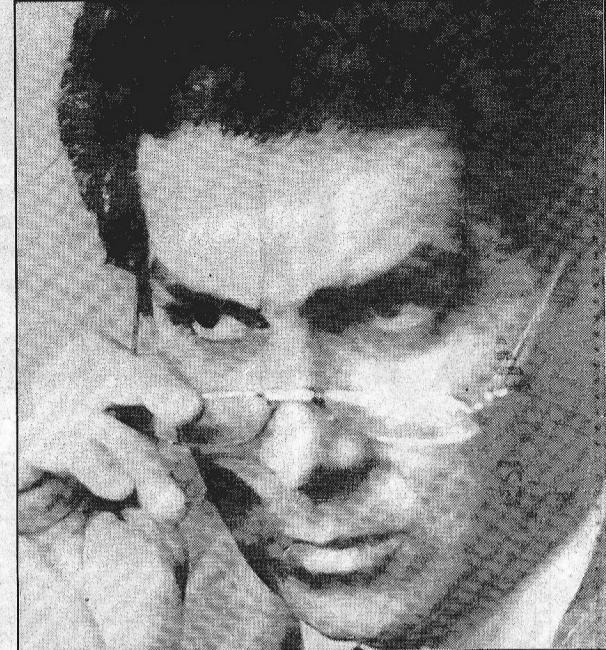
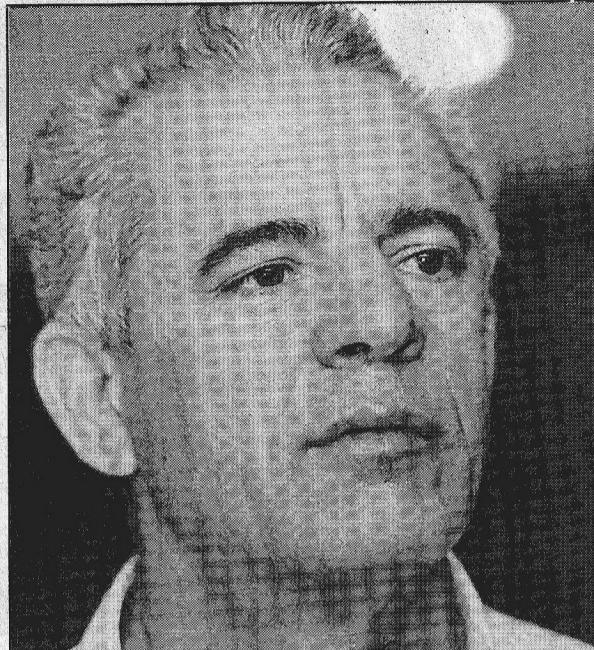
O processo começou a tramitar no TCU em 9 de novembro de 1988, com o pedido de inspeção extraordinária feito pelo ministro Marcos Villaça, que é o relator da matéria. Desde então, subiu e desceu várias vezes do gabinete do ministro para a sala dos auditores sem qualquer conclusão. Nos computadores do TCU estão registrados dois processos contra Jáder, um deles envolvendo Íris: "Denúncia de indícios de irregularidades nos acordos pelo Mirad com evidente desperdício de volumosos recursos" e "Denúncia de gravíssimos crimes praticados pelo ministro Jáder Barbalho contra o patrimônio da União".

Segundo os auditores, quando os governadores souberam que o TCU estava prestes a julgá-los, conseguiram que Quêrcia pedisse a intervenção de Sarney, que foi o responsável pela nomeação de Villaça para o tribunal. Os dois são aliados do ex-governador e estão, como ele, no PMDB. Sua preocupação é com a eleição do ano que vem, quando pretendem candidatar-se ao Senado. Se forem condenados pelo TCU, serão automaticamente inelegíveis. Os auditores preferem não se identificar, com medo de represálias — o regimento interno os proíbe de dar qualquer informação sobre processos que ainda não foram a julgamento final.

"É lamentável que a Justiça seja cúmplice do desmando, protelando decisões que podem inibir a permanência de homens que não tiveram o nível de responsabilidade que os cargos que ocuparam exigiam", criticou o deputado Giovani Queiroz (PDT-PA). Há um ano ele está tentando instaurar uma CPI para investigar a gestão de Jáder e não conseguiu do TCU uma cópia do processo. Para o deputado, "esse é o maior exemplo da cumplicidade do Judiciário para que homens desse naipe continuem na vida pública".

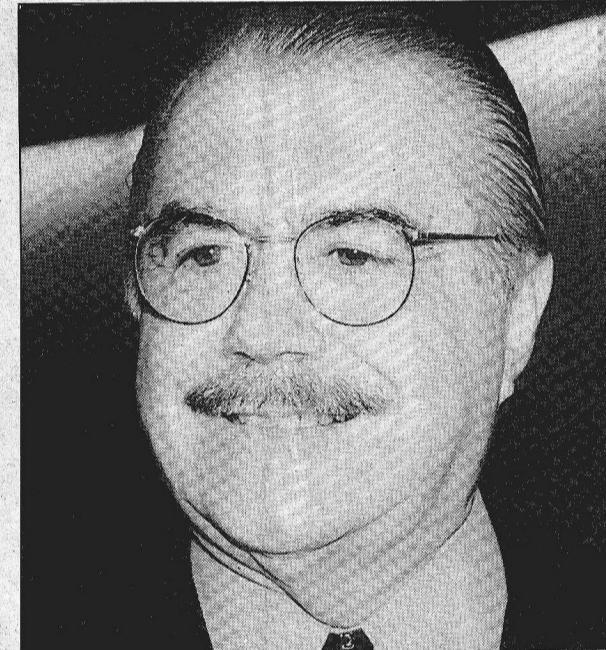
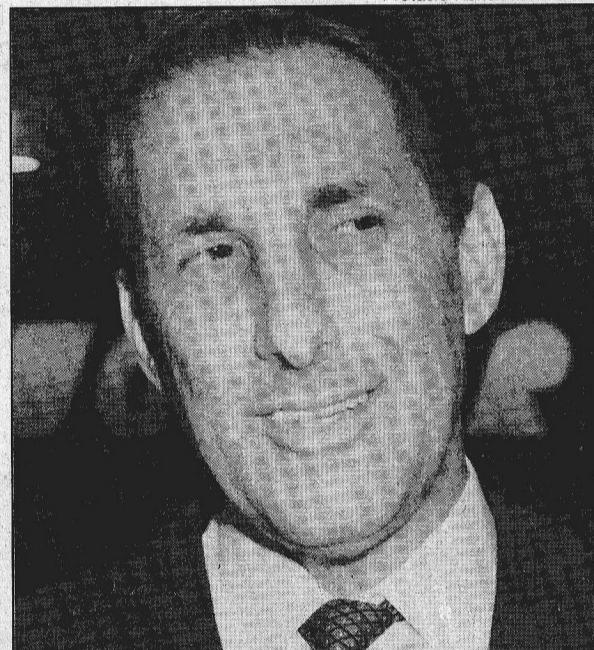
Consultado por intermédio de um assessor, Quêrcia negou ter qualquer relação com a demora na tramitação do processo: "Desconhe-

Ricardo Chaves/AE—5/8/90



Investigação sobre atos dos governadores de Goiás (à esquerda) e do Pará tramita lentamente...

Protásio Nenê/AE—14/9/91



... graças à ajuda do amigo Quêrcia e do ex-presidente, segundo auditores encarregados do caso

ço totalmente o caso", disse. "Não tenho conhecimento dessas informações." Villaça também negou que tenha sofrido influência do ex-governador e de Sarney para segurar o processo. "Qualquer pessoa diz o que quer", rebateu. "Não estou para dialogar, o juiz só fala no processo."

Segundo o ministro, sua inspetoria informou que a demora se deve à auditoria no Mirad e no Ministério da Agricultura. Quando o Mirad deixou de ser ministério, tiveram de desviar o trabalho para o Incra.

"Onde menos demorou o processo foi no meu gabinete." Na última vez em que o processo foi discutido no TCU, na quarta-feira, Villaça deu explicações aos demais ministros sobre a demora: "Vários fatores têm dificultado

a apuração e o exame fidedigno da matéria, como a sua complexidade aliada às sucessivas reformas administrativas nos órgãos gestores e de execução da política de reforma agrária, no curso das apurações".

Villaça decidiu encaminhar um quadro demonstrativo da "movimentação" do processo por seu gabinete, "onde se vislumbra que em nenhuma oportunidade foi extrapolado o prazo de permanência". Ele disse que "os autos se encontram em diligência na 4ª Inspetoria Geral de Controle Externo, a fim de sanear divergências surgidas do confronto entre o relatório da instrução e as razões de justificativas apresentadas pelos responsáveis".

**S-5E FOREM
CONDENADOS
FICARÃO
INELEGÍVEIS**

Célio Jr./AE—8/10/93